



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO
DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

REBECA DE MELO NUNES

**DA DIREITA À ESQUERDA: IDEOLOGIA NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE
BRASIL E ARGENTINA (2019-2022)**

**JOÃO PESSOA
2023**

REBECA DE MELO NUNES

**DA DIREITA À ESQUERDA: IDEOLOGIA NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE
BRASIL E ARGENTINA (2019-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Filipe Reis Melo.

JOÃO PESSOA

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N972d Nunes, Rebeca de Melo.
Da direita à esquerda [manuscrito] : ideologia nas relações comerciais entre Brasil e Argentina (2019-2022) / Rebeca de Melo Nunes. - 2023.
38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Relações comerciais. 2. Ideologias. 3. Brasil. 4. Argentina. I. Título

21. ed. CDD 382

REBECA DE MELO NUNES

**DA DIREITA ESQUERDA: IDEOLOGIA NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE
BRASIL E ARGENTINA (2019-2022)**

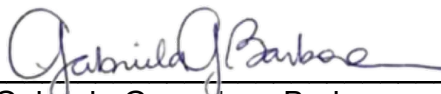
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Relações
Internacionais.

Aprovado em: 01/12/2023.


BANCA EXAMINADORA



Filipe Reis Melo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Gabriela Gonçalves Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Maria de Fátima Ferreira de Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a minha família, ao meu esposo por me apoiar e ajudar ao longo desses anos e, em especial, aos meus avós (in memoriam).

Dentro do processo de interdependência global, é salutar que as relações comerciais entre as diversas nações promovam uma ponte capaz de gerar compreensão e prosperidade mútua, onde a cooperação entre Brasil e Argentina tenha como base a diplomacia econômica, vislumbrando um caminho sólido no âmbito das relações internacionais.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos (1810-2002)	20
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
TEC	Tarifa Externa Comum

SUMÁRIO

RESUMO	9
1. INTRODUÇÃO	10
2. IDEOLOGIAS POLÍTICAS: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E NUANCES	11
2.1. Direita e Esquerda	12
2.2. Ideologia Latinoamericana	13
3. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-ARGENTINA	16
3.1. Vizinhos: Brasil e Argentina, uma síntese dos últimos 20 anos	18
3.2. Argentina e Brasil durante Macri e Bolsonaro (2019-2020)	21
3.3. Argentina e Brasil durante Alberto Fernandes e Bolsonaro (2019-2022)	23
4. IDEOLOGIA COMO FATOR DE INFLUÊNCIA COMERCIAL	24
4.1. Acordos comerciais e as implicações da balança comercial no volume de exportação importação	25
4.2. Reflexos na flutuação das relações comerciais	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	27

**DA DIREITA À ESQUERDA: IDEOLOGIA NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE
BRASIL E ARGENTINA (2019-2022)**

**FROM RIGHT TO LEFT: IDEOLOGY IN COMMERCIAL RELATIONS BETWEEN
BRAZIL AND ARGENTINA (2019-2022)**

Rebeca de Melo Nunes¹

RESUMO

O presente trabalho estuda a relação da direita à esquerda dentro do que é a Ideologia das Relações Comerciais entre Brasil e Argentina (2019-2022). Objetiva-se examinar as mudanças dos acordos comerciais e as implicações da balança comercial, identificar os reflexos da mudança governamental e até que ponto as questões ideológico-partidárias das presidências de Brasil e Argentina influenciaram as relações comerciais entre os dois Estados no período de 2019 a 2022 para refletir todo esse cenário a partir da teoria da interdependência. Esses argumentos foram desenvolvidos por meio de pesquisa bibliográfica, que demonstram que as relações comerciais entre Argentina e Brasil não escapam dos impactos decorrentes das divergências ideológicas entre seus governos, porém mantém características delineadas pela teoria da interdependência complexa, ainda que sofram influência direta na comunicação entre seus líderes. Esse artigo busca apresentar uma óptica diferente para entender a interação e a relação entre esses dois países, destacando três anos de colaboração marcados por maiores e menores níveis de aproximação em âmbito comercial e ideológico.

Palavras-chave: Relações Comerciais. Ideologias. Brasil. Argentina.

ABSTRACT

This work studies the relationship between right and left within the Ideology of Commercial Relations between Brazil and Argentina (2019-2022). The objective is to examine the changes in trade agreements and the implications of the trade balance, identify the consequences of government change and to what extent the ideological-partisan issues of the Brazilian and Argentine presidencies influenced commercial relations between the two States in the period from 2019 to 2022 to reflect this entire scenario based on interdependence theory. These arguments were developed through bibliographical research, which demonstrate that commercial relations between Argentina and Brazil do not escape the impacts arising from ideological divergences between their governments, but maintain characteristics outlined by the theory of complex interdependence, even though they suffer direct influence on communication between their leaders. This article seeks to present a different perspective to understand the interaction and relationship between these two countries, highlighting three years of collaboration marked by greater and lesser levels of rapprochement in commercial and ideological spheres.

Keywords: Commercial relations. Ideologies. Brazil. Argentina.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela UEPB rebeca.melo@aluno.uepb.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O vínculo comercial entre o Brasil e a Argentina, na seara histórica, é caracterizado por períodos de tensões, cooperação e busca por interesses mútuos. As primeiras relações comerciais argentino-brasileiras são oriundas do período colonial, quando ambos respondiam às coroas ibéricas (Granato, 2012). De acordo com Bueno e Cervo (1992), tanto a proximidade geográfica quanto às semelhanças econômicas, bem como a magnitude de suas economias têm sido aspectos determinantes para a construção de laços comerciais durante os séculos.

A exploração do continente sul-americano impulsionou o comércio de recursos naturais e matérias-primas entre as duas regiões, fornecendo as bases para uma relação comercial bilateral. Assim, no século XIX, com a independência política de ambas as nações, os laços comerciais ganharam maior expressão e importância (Batista, 2005).

Nesse ínterim, os objetivos políticos e econômicos também influenciaram a relação entre os dois países. Questões territoriais e desalinhamentos comerciais geraram situações de maior aflição, o que levou a épocas de maior protecionismo e restrições comerciais que apesar das dificuldades enfrentadas, os esforços para aprofundar a cooperação entre ambos ganharam destaque no século XX (Candeas, 2017).

Segundo Mello (2001), a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991 foi um marco significativo nesse sentido, consolidando uma união aduaneira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Essa iniciativa visou fortalecer os laços comerciais e promover uma maior integração econômica na região.

A partir de então, o comércio bilateral entre Brasil e Argentina tem se mostrado resiliente, com momentos de expansão e de desaceleração, influenciado por fatores globais e regionais. A busca por uma maior coordenação de políticas e a superação de barreiras comerciais têm sido desafios enfrentados pelos governos dos dois países, como maneira de fomentar uma relação comercial mais harmoniosa e benéfica para ambos (Batista, 2005).

Nesse cenário, a convergência dos governos de direita a partir de 2019, repercutiu nos mais diversos aspectos políticos entre Brasil e Argentina, a partir de suas lideranças, provocando mudanças em suas relações comerciais, regionais e internacionais, restando saber até que ponto as questões ideológicas-partidárias da presidência em ambos os países influenciaram nas relações comerciais entre os dois Estados durante os períodos de 2019-2022 e quais repercussões foram essas.

Diante disso, apresenta-se como hipótese a ideia de que o aspecto ideológico se mostrou como um elemento de complacência em questões ideológico-partidárias e, que em certos momentos, teve um impacto nas relações comerciais argentino-brasileiras durante o período de 2019 até 2022. A divergência política entre os governos pode ter influenciado decisões relacionadas ao comércio, como a imposição de tarifas, barreiras comerciais e o ritmo das negociações bilaterais.

Nesta perspectiva, este trabalho objetiva analisar a partir da teoria da interdependência complexa sob à luz dos autores Keohane e Nye, as flutuações da balança comercial dos dois países e quais foram os reflexos da mudança governamental da Argentina nas relações comerciais com o Brasil, por meio de uma revisão bibliográfica, do período entre os anos de 2019 até 2022 relativos aos governos de Jair Bolsonaro (2019-2023), no Brasil; Mauricio Macri (2015-2019); e Alberto Fernández (2019-2023) na Argentina. A investigação e o estudo em torno do tema possibilitam a exploração de aspectos fundamentais e sua relação com o campo das relações comerciais, ideológicas e partidárias.

O trabalho foi dividido da seguinte forma, além desta introdução e das considerações finais. A segunda seção aborda a ideologia política em seus conceitos, característica e nuances, dando ênfase entre direita e esquerda e seus reflexos dentro da ideologia latinoamericana, a terceira seção levanta o histórico das relações bilaterais comerciais entre Brasil e Argentina, assim como, apresenta a relação entre os dois governos durante Bolsonaro e Macri (2019-2020) e durante Bolsonaro e Alberto Fernández (2021-2022). Na quarta seção descreve-se a metodologia utilizada para atingir os objetivos da ideologia como fator de influência comercial, os acordos comerciais e as implicações da balança comercial no volume de exportação importação e na seção seguinte são apresentados os resultados dos reflexos na flutuação das relações comerciais.

2. IDEOLOGIAS POLÍTICAS: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E NUANCES

As ideologias políticas sempre desempenharam um rol fundamental na construção das sociedades ao longo dos anos. Porém, assim como diversos outros termos e conceitos da Ciência Política, possui variadas apresentações teóricas que geram uma dificuldade para aproximar e/ou unificar os termos. Posto isso, o dicionário Aurélio (2004) define ideologia como “um conjunto de ideias que tem por base uma teoria política ou econômica” ou ainda um “modo de ver, próprio de um indivíduo ou de uma classe” (p. 459). Portanto, representam um grupo de ideias, crenças e valores que orientam a maneira como os

indivíduos e comunidades percebem a política, a sociedade e o papel do Estado (Simões, 2021).

Dessa forma, existem características distintas das ideologias políticas que abraçam perspectivas distintas acerca da função do Estado na sociedade, visões contrastantes em relação à Economia, divergências em questões sociais e variadas abordagens referentes às Relações Internacionais (Heywood, 2010).

Portanto, as ideologias políticas não são estáticas e podem evoluir ao longo do tempo. Além disso, dentro de cada uma, podem existir diferentes correntes e interpretações, dando origem a diversas nuances e tendências, assim, González (1997) discorre que há correntes conservadoras que vão do conservadorismo social e religioso ao econômico e liberal, apesar de que, as correntes liberais também podem ir do liberalismo clássico, caracterizado por defender as liberdades individuais e um mercado livre, ao liberalismo social, que defende políticas de bem-estar e inclusão social. Já no socialismo encontramos uma mudança do *ethos* democrático social-democrata, que busca uma transformação gradual da sociedade, para um *ethos* mais radical, que busca proteger uma maior inclusão das ferramentas de produção.

Entretanto, a definição de “ideologia” formulada por Prieto (1975, p. 160) supõe, de algum modo, uma certa relação com a noção de manipulação: “Chamaremos de ‘ideologia’ qualquer discurso referente a um conhecimento da realidade material que se oriente a ‘naturalizar’ esse conhecimento, isto é, a explicá-lo ou a fazê-lo aparecer como consequência necessária daquilo que é o seu objeto”.

De acordo com o autor Prieto (1975), a ideologia é considerada como qualquer discurso que busca criar a ilusão de que o conhecimento da realidade material é natural e inquestionável, apresentando-o como uma consequência inevitável da própria natureza de seu objeto. Em outras palavras, a ideologia procura moldar e controlar a percepção da realidade, persuadindo os indivíduos a aceitarem determinadas ideias, valores e crenças como verdades absolutas e inquestionáveis. Essa concepção de “ideologia” implica que os discursos ideológicos são construídos de forma a justificar e legitimar as estruturas de poder existentes, bem como as relações de dominação e de subordinação presentes na sociedade. Ainda, por meio da naturalização do conhecimento, a ideologia busca ocultar as contradições e os interesses subjacentes às relações sociais, perpetuando assim as desigualdades e a ordem vigente.

Em síntese, a definição de “ideologia” proposta por Prieto (1975) evidencia a sua natureza complexa e sua função como uma ferramenta de manipulação e controle social. Ao

compreender esse conceito, torna-se possível analisar criticamente os discursos ideológicos, em especial partidários, presentes na sociedade e compreender como eles moldam nossos valores, influenciando nosso pensamento e comportamento de modos sutis e profundos.

Diante disso, as ideologias políticas apresentam-se como essenciais no processo para compreender o funcionamento das sociedades e suas dinâmicas políticas. Influenciam, portanto, na estruturação de serviços públicos, conferências políticas e nos agentes efetores, bem como na tomada de decisões governamentais. Então, diante de uma transparência no entendimento de suas características, conceitos e vieses das ideologias em questão, em especial no tocante à compreensão da Direita e da Esquerda, é possível analisar e interpretar os eventos políticos com maior profundidade e discernimento, contribuindo para um debate mais informado e construtivo sobre os rumos da sociedade.

2.1. Direita e Esquerda

A direita-esquerda é uma das dicotomias mais antigas e influentes na política. As duas correntes de pensamento expressam visões opostas sobre a organização social, o papel do Estado, a economia e a distribuição do poder (Bobbio, 1995). Nesse panorama, Hobsbawm (2010) define que a divisão entre direita e esquerda têm raízes historicamente profundas, desde a Revolução Francesa até os dias atuais, uma vez que, naquela época, os membros da Assembleia Constituinte estavam organizados à direita, os que defendiam e protegiam os interesses da monarquia e do rei, enquanto os que defendiam a revolução e a mudança social posicionavam-se à esquerda. No entanto, estes rótulos adquiriram significados mais amplos ao longo do tempo e, até hoje, a divisão esquerda-direita continua a ser uma força motriz política que influencia a capacidade de uma sociedade se auto-organizar e de tomar decisões.

A essa maneira o autor Bobbio (1995), reforça “direita” e “esquerda” como antônimos que têm sido usados há mais de dois séculos para destacar diferenças entre ideologias e movimentos que contêm um universo de pensamento e de ação política. Posto isso, a persistência das categorias políticas “direita” e “esquerda” depende de inúmeros pontos que influenciam significativamente o cenário político global. Assim, a simplicidade inerente destas categorias desempenha um papel importante num contexto político caracterizado pela complexidade de questões e coligações de modo que estes rótulos são ferramentas poderosas para resumir e estereotipar opiniões políticas.

'Direita' e 'esquerda' não são conceitos absolutos. São conceitos relativos. Não são conceitos substantivos ou ontológicos. Não são qualidades intrínsecas ao universo político. São lugares do "espaço político". Representam uma determinada topologia

política, que nada tem a ver com a ontologia política: "Não se é de direita ou de esquerda no mesmo sentido em que se diz que se é 'comunista', 'liberal' ou 'católico'". "Em outros termos, direita e esquerda são palavras que designam conteúdos fixados de uma para sempre. Podem designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações. [...] O fato de direita e esquerda representam em uma oposição que simplesmente dizer que não pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. Mas não diz nada sobre o conteúdo das duas partes contrapostas à oposição, mesmo que os conteúdos dos opostos possam mudar (Bobbio, 1995, p.93-94).

Posto isso, o espectro político de direita posta-se de maneira conservadora e tradicional, dando destaque a manutenção e defesa de valores considerados tradicionais como também das instituições sociais. Além de possuírem uma abordagem política que valoriza a liberdade individual, o livre mercado e a mínima atuação do Estado frente a economia, bem como preza a manutenção da ordem, do poder e da segurança como elementos fundamentais da estabilidade social (Bobbio, 1995; Singer, 2000).

Por outro lado, Freire (2006) nos apresenta a política de esquerda, caracterizada por um espectro e abordagem progressista que busca promover a igualdade social, a justiça econômica e o intervencionismo estatal para promover o bem-estar e os direitos sociais, ao passo que, historicamente, a política de esquerda também tem sido um vetor de mudança social, influenciando na formulação de políticas públicas em diversas nações.

Além disso, como retoma Bobbio (1995), ao retratar a esquerda não como um monólito, mas como um conjunto de ideias e movimentos políticos que partilham interesses e valores comuns, abordando uma série de questões complexas. Assim, a dicotomia direita-esquerda permanece, portanto, central nos debates políticos contemporâneos. No entanto, embora toda essa construção política e temática seja relevante, nota-se que estas categorias não captam totalmente a complexidade do pensamento político à medida que tanto a política quanto às ideologias evolui ao longo do tempo.

Ainda que a classificação dos conceitos de esquerda e direita seja fomentada na perspectiva da teoria de Bobbio (1995), o fator antropológico social, conhecido como etnocentrismo, traz uma diferente interpretação da compreensão de consciência entre duas ou mais ideologias, pois considera que cada ideologia tem uma visão diferente da sociedade e é apoiada por valores diferentes (Araújo, 2021).

O autor Thomas Sowell (2012) acreditava que a diferença entre as ideologias reside nas suas visões de mundo subjacentes, e não nas diferenças de valores, enfatizando duas visões da natureza humana: a visão restrita, acreditando que a natureza humana é fundamentalmente limitada e tem características imutáveis, e a visão irrestrita, que acredita

na maleabilidade humana e na capacidade de mudança social. Estas perspectivas moldam a abordagem de cada ideologia aos problemas e às suas soluções.

Cada visão tende a criar conclusões que são as consequências lógicas de suas hipóteses. Essa é a razão pela qual existem repetidamente esses conflitos de visões em uma variação tão grande de questões sem relação entre si. Esta análise não pretende reconciliar visões ou determinar sua validade, mas determinar de que se trata e o papel que desempenham nas lutas políticas, econômicas e sociais (Sowell, 2012, p.256).

Dessa forma, é crucial estabelecer ligações entre ideologias políticas e conceitos mais amplos de cultura e costumes para que não haja favoritismos ou interpretações de bem ou de mal, de certo ou errado. Além disso, conforme retrata Heywood (2010) a relação das diferentes vertentes que a ideologia se subdivide, sendo ela, as ideologias clássicas e as chamadas ideologias novas. A primeira refere-se ao liberalismo, conservadorismo, socialismo, nacionalismo, anarquismo e fascismo, ao passo que, a segunda destaca áreas anteriormente negligenciadas do debate ideológico, incentivando assim o pensamento e a consciência de temas como o feminismo, a ecologia, o fundamentalismo religioso e o multiculturalismo isto é, temáticas de ordem pós material.

2.2. Ideologia Latino-americana

Ao se resgatar o pensamento e a perspectiva do pensador Sowell (2012), a respeito da classificação e a tipificação das ideologias, pode-se incluir as ideologias latino-americanas, também, como pertencentes a um amplo e diversificado conjunto de termos que se referem às correntes de ideias políticas, sociais e culturais que se desenvolveram em meio aos séculos de história e multifacetadas influências.

O historiador Martinière (2014) traz o surgimento da América Latina no século XIX, como aquele criado inicialmente por intelectuais franceses o que teve o termo originalmente usado para descrever as regiões da América do Sul, América Central, México e Caribe que falavam principalmente espanhol, português e francês, então possuíam uma origem cultural latina, ao contrário dos anglo-saxões na América do Norte.

Somado a isso, o conceito de América Latina também foi fortemente influenciado, segundo Rivas (2005), pela ideia de "*Latinidad*", baseada em uma herança cultural e linguística derivada do latim, que também era compartilhada pela Espanha, Portugal e França devido às suas raízes latina. Portanto, a expansão desses países para a América

² Significado e definição de latinidade. f. Condição ou caráter do latim: a latinidade da Espanha.

durante o período colonial e imperial contribuiu para a difusão das línguas latinas, permanecendo e sendo o espanhol, o português e o francês, nas regiões que hoje são consideradas a América Latina.

Posto isso, o significado de “*race latine*”³, que diferentemente do “*race*” anglo-saxão, foi formulado pela primeira vez em *Lettres sur l'Amérique du Nord* (2 vol Paris, 1836) escrito pelo geógrafo e pensador francês Michel Chevalier (1806-1879), que utilizou o termo "América Latina" no seu livro "Lettre à Poincaré" em 1856 (Bethell,2009).

Assim, percebe-se que o conceito ganhou mais facilidade e uso nos últimos anos do século XIX e início do século XX, à medida que as nações latino-americanas buscavam identificar sua unidade e identidade cultural compartilhada em oposição ao domínio europeu e norte-americano na região. Nesse panorama, o termo América Latina tornou-se uma forma apropriada para se referir a essa grande região do continente americano que, apesar de suas significativas diferenças internas, possui certas características culturais, linguísticas e históricas. Assim, vale ressaltar que a expressão América Latina também possui observações críticas de alguns estudiosos que consideram que ela impõe uma perspectiva eurocêntrica e ignora as diversas culturas indígenas presentes na região (Bethell,2009).

Dessa forma, surge a necessidade da América Latina de se firmar como uma região autônoma, isenta de influências externas em busca de seguir o seu próprio caminho rumo à paz, à justiça e ao progresso. Nesse contexto, esse processo começa com os movimentos de independência latino-americanos no século XIX, influenciados pelo Iluminismo europeu e pela Revolução Francesa, de modo que o pensamento político latino-americano se fomentou inicialmente estimulado pela Revolução Mexicana (1910-1920) que abriu espaço para lutas em prol da reforma agrária e da justiça social. Nesse ínterim, a revolução social foi representada por grandes nomes, como Emiliano Zapata e Pancho Villa, que traduziam a reivindicação da posse da terra e a realização da reforma agrária como parte de um projeto nacional popular para o México, conforme discutido por Barbosa (2017) na obra *Legado e rupturas da Revolução Soviética desde as lutas sociais na América Latina*;

(...) baseada nos princípios teórico-políticos do anarco-sindicalismo⁴ e do agrarismo, se tratou de uma revolução articulada por forças populares camponesas e indígenas contra a ditadura de Porfirio Díaz (Herzog, 1972; Warman, 1976; Katz, 1998; Gilly,

³ Movimento literário do romantismo e a doutrina do panlatinismo, que tinha como objetivo unir politicamente todas as nações latinas, começou a usar o termo *race latine* para identificar as diferenças de raças, culturas e línguas, bem como para consolidar a superioridade política de alguns grupos sobre outros. (Quental, 2012).

⁴ Anarco-sindicalismo; Trata-se de uma corrente sindicalista que adquiriu esta denominação a partir da cisão provocada no 5º Congresso da AIT (Primeira Internacional dos Trabalhadores), em Haia, no ano de 1872, e que foi adotada por um grupo significativo os operários brasileiros até a década de 1930 (Sowrel, 1977).

2007). Logo, emergiram aquelas lideradas por movimentos de libertação nacional, clandestinos e de guerrilha armada, que culminaram em movimentos revolucionários, a exemplo da Revolução Cubana, em 1959 (Bell et. al., 2006) e da Revolução Sandinista na Nicarágua, em 1979 (Martí, Puig, 2012).

Por outro lado, conforme reitera a autora Barbosa (2017), no princípio do século XX, Augusto Sandino, foi um nome de grande importância, uma vez que, estava a frente liderando a primeira rebelião revolucionária na Nicarágua, cujo lema político era “Pátria e Liberdade”, na qual trazia traços da influência da Revolução Mexicana de 1910, traços esses que lhe foi apresentado pessoalmente, quando revolucionário Sandino esteve no México entre 1923 e 1926, período durante o qual se aproximou dos debates políticos teóricos do anarco-sindicalismo e do agrarianismo mexicano, especialmente das reflexões políticas e dos escritos de Ricardo Flores Magón.

Além disso, houve também a contribuição do cubano José Martí (1853-1895) dentro do processo de divulgação e estabelecimento identitário regional, deixando aspectos que contavam por si a história ao ignorar as influências mais ao norte da América. Assim, e parafraseando o autor Gavião (2021), Martí trouxe consigo em meio as suas obras, fazendo saber que as identidades são fluidas, porém são produtos também das diferenças, sendo ela a alteridade.

Outrossim, vale ressaltar que no século XX, houve o surgimento de vários movimentos políticos e sociais na América Latina, incluindo também o movimento de "Che" Guevara, que defendia a revolução socialista e o pan-americanismo⁵, tendo como marco, o Movimento 26 de Julho, que tiveram a liderança dos revolucionários Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, tornando-se derivado do Partido Comunista Cubano, para então constituir uma ação insurgente de guerrilha armada adversária às deliberações de Stalin e do Partido Comunista da URSS (Barbosa, 2017).

A alteridade, neste sentido, constitui-se como a negação necessária para definir a separação dos entes que pertencem à comunidade daqueles que estão situados fora dela. Ao enfatizar a distinção significativa do(s) terceiro(s) Estado(s) (i.e., do(s) excluído(s)), delinea-se com mais clareza o que há de comum entre aqueles que se reconhecem dentro de determinada identidade. Ou seja, a alteridade define quem são os “outros”, os “rivais” e os “inimigos”, ao mesmo tempo em que joga luz nos atores potencialmente “amigos” (Wendt, 2014, p. 356-366).

Dessa forma, pode-se dizer que inspirado no libertador Simón Bolívar, Martí foi um distinto pensador, cujo papel na libertação do seu país foi determinante, no entanto, durante esses processos também promoveu temas dentro da seara das relações interamericanas, marcadas por importantes divergências entre as Américas Anglo-Saxônica e Latina.

⁵ Corrente em prol da defesa da união ou aliança política de todos os países da América (Vargas, 2014).

Nessa perspectiva, Gramsci (1981) argumentou que os ciclos revolucionários na América Latina e no Caribe deram origem a processos políticos em grande escala, tanto dentro de cada país como em escala regional, a partir de princípios intelectuais e da perspectiva da reforma moral que cristalizou gradualmente as ideias de Simón Bolívar e José Martí, ao consolidarem práticas políticas revolucionárias e o pensamento social na América Latina e no Caribe, influenciados pelas lutas históricas no contexto nacional, mas também inspirados por essas lutas de caráter internacional.

Com isso, no entendimento do Gavião (2021), o assentamento do que é a América Latina, em um direcionamento mais palpável corrente no léxico das altas castas políticas e, por consequência, uma identidade supranacional, apenas surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, coincidindo com feitos como a Cepal e o Tratado de Montevideú. Portanto, ainda mesmo anterior aos resultados práticos, o conceito necessitou ante tudo, ganhar viabilidade no campo intelectual.

(...) no que tange às convicções políticas e ideológicas, as conclusões de José Martí, Eduardo Prado, José Enrique Rodó e Manuel Bomfim confluíram para a formação daquilo que Robert Frank chamou de “geografia subjetiva”, ou seja, a percepção coletiva restrita não apenas ao compartilhamento de um território comum, mas também de uma concepção de espaço que é imaginária. Assim, visões de mundo foram partilhadas e estruturadas, bem como a imagem do outro e a sua interiorização na forma de parceiro ou de inimigo (Frank, 2012, p. 355).

Dessa forma, do ponto de vista prático, desde a criação da CEPAL⁶, o âmbito das atividades de identidade latino-americanas continuou a expandir-se. A partir de então, passou a abranger novos temas e tornou-se uma expressão de identidade significativa não só para um círculo limitado de cidadãos esclarecidos ou grupos políticos organizados da região, mas também para os próprios países, que se preocupavam com questões prementes do tempo e crescimento econômico. A partir de então, as relações internacionais também foram afetadas pela presença desta nova variável identitária, com países por vezes agindo em parceria para firmar acordos de cooperação e integração que privilegiam os “irmãos” latino-americanos (Gavião, 2021).

Embora esteja enraizado na política, o conceito começa a ganhar popularidade noutras áreas da sociedade civil. No tocante a produção de conhecimento, as referências à identidade latino-americana são mais comuns. Na esfera política, o valor final mais interessante é a inclusão do latino-americanismo nos textos constitucionais de todos os países sul

⁶ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi criada em 1948, com o objetivo de monitorar as políticas direcionadas à promoção do crescimento econômico da América Latina, fornece suporte às iniciativas de promoção e contribuir para aperfeiçoar as relações econômicas entre os países da região, tanto entre si quanto com outros países do mundo.

latino-americanos (Candeas, 2017).

Segundo Gavião (2021) no Brasil, a Constituição Federal de 1988 incentiva a formação de uma comunidade de Estados na América Latina como um elemento direcionador das relações internacionais do país. Tal qual consta no artigo 4º, parágrafo único: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Brasil, 1988, online).

Por fim, é particularmente interessante para os latino-americanos observar como a Carta Magna demonstra e reafirma o pertencimento a uma comunidade imaginada, visto que a Constituição define os fundamentos e princípios sociopolíticos, bem como as estruturas, procedimentos, poderes e direitos que norteiam o funcionamento do estado. Isto é conseguido expressando uma clara preferência por projetos de cooperação ou integração na América Latina. Dessa forma, as referências à região nas leis supremas dos países do bloco atestam a necessidade de uma convergência mínima permeando essa identidade supranacional partilhada (Bara, 2015).

3. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-ARGENTINA

O histórico das relações comerciais bilaterais entre Brasil e Argentina vai muito além das fronteiras nacionais, remontando aos tempos coloniais, quando as terras desses países ainda eram colônias de Portugal e Espanha, uma vez que, submetidas aos condicionalismo regional eram impulsionados a influência de um cenário de rivalidade entre si, que refletia em suas formas cooperativas e posteriormente em suas relações políticas, portanto, retratado sob a ótica da autora Patrício (2016), considera-se que as relações em eixo⁷ entre o Brasil e a Argentina podem ser colocadas sobre este paradigma na qual permite acompanhar esse processo regional de integração a alcançar, especialmente, suas medidas econômicas e políticas. Embora as relações em eixo funcionem como condição necessária, ainda sim, reforça a autora, que como para a existência de processos regionais, a rivalidade acaba sendo um fator determinante para instituir o eixo entre eles.

⁷ Segundo, Patrício (2016) as relações em eixo surgem como um paradigma que permite analisar a formação de processos integracionistas de forma gradativa: qualquer processo regional de integração que pretenda alcançar um nível considerável de aprofundamento econômico-político-institucional, de acordo com a Teoria da Integração Regional, tem que passar por etapas gradativas nas quais as relações em eixo desempenham papel de fundamental importância, na ausência das quais a integração regional limitar-se-á a uma vertente puramente econômica.

De acordo com Mello (2002), ao analisar a evolução histórica do vínculo entre Brasil e Argentina, é possível notar que as relações entre os dois países podem ser divididas de formas diversas ao longo do tempo. Em particular, em 1870, na qual houve um marco significativo na história das relações entre eles, com as declarações de independência, onde a Argentina foi a primeira a declarar a independência em 1816 sob o domínio espanhol, enquanto o Brasil declarou-se independente em 1822.

Portanto, o ponto de partida para essa trajetória é no ano de 1870, quando o surgimento do Estado argentino desafiou a posição anteriormente hegemônica do Império do Brasil na Bacia do Prata. A relevância deste momento foi tão grande que a fronteira ao sul se tornou de extrema importância para essa relação, de modo que, além de sua extensão territorial, essa fronteira ganhou importância significativa, pois era vista como “a zona de encontro e tensão entre os sistemas português e espanhol” (Hélio Jaguaribe, 1986, p.165).

Sendo assim, esse período inicial foi caracterizado por tensões e rivalidades que persistiram por quase um século, até chegar a 1979-1980, marcado pela assinatura do Acordo Tripartite e do Acordo de Cooperação Nuclear. Conseqüentemente, a partir desse momento, houve uma transformação notável nas relações bilaterais, com Argentina e Brasil encontrando uma base sólida de cooperação, inclusive estabelecendo parcerias estratégicas entre seus líderes (Patrício, 2016).

Posto isso, Candeas (2005) reforça a ideia ao falar de uma aproximação irregular entre os países até os anos 1970 que foi perpassada por regimes bastante diversos no aspecto político em especial, como os de Urquiza, Mitre, Roca, Sáenz Peña, Justo, Perón e Frondizi mas que se intensificaram desde a década de 80, perpassado de igual modo por governos divergentes como os de Videla, Alfonsín, Menem, Duhalde e Kirchner.

Tal observação mostra como a Argentina e o Brasil se relacionam, seja de forma conjuntural ou de forma estrutural, independentemente do regime político - se é ditadura ou democracia -, e da situação econômica, seja ela de inflação, de crise, de estabilidade ou de crescimento econômico. Dessa forma, a tabela a seguir apresenta como a Argentina se relacionou com o Brasil de 1810 até 2002 se posicionou em âmbito global e regionalmente, Candeas (2005).

Tabela 1: Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recursos (1810-2002)

Períodos	Relações Argentina-Brasil	Estratégia de inserção global da Argentina	Relações Argentina-América Latina
1810-1898	Instabilidade estrutural com predomínio da rivalidade	Dependência em relação à Grã-Bretanha, europeísmo e enfrentamento com os EUA	Isolacionismo e não-ingerência. Apesar disso, intervenções no Uruguai e Guerra do Paraguai
1898-1914	Instabilidade conjuntural e busca de cooperação, com momentos de rivalidade	Neutralidade nas Guerras Mundiais. Tentativa de manutenção de dependência da Grã-Bretanha e atritos com os EUA	Protagonismo diplomático e mediação na Guerra do Chaco. Busca de integração comercial. Tentativa de "exportação" do peronismo
1914-1945		Terceira posição: autonomia heterodoxa em relação aos EUA e universalização de contatos diplomáticos e comerciais	
1946-1955		Alinhamento aos EUA, embora com busca de espaços de autonomia	
1955-1961	Instabilidade conjuntural com predomínio da rivalidade	Tentativa de reedição da autonomia heterodoxa	Busca de solução de litígios territoriais e de interdependência econômica. Ambigüidade na questão cubana
1962-1973		Oscilação entre autonomia heterodoxa e alinhamento aos EUA. Guerra das Malvinas	
1973-1976		Hostilidade em relação ao Chile e combate à "infiltração comunista"	
1976-1979	Construção da estabilidade estrutural pela cooperação	Persistência do modelo heterodoxo com ênfase no Mundo Não-Alinhado	Referência para a redemocratização e impulso à interdependência econômica
1979-1983		Alinhamento aos EUA. Não-proliferação e busca de protagonismo estratégico global	
1983-1988	Construção da estabilidade estrutural pela integração	Atualização da autonomia heterodoxa	Fundador do Mercosul. Tenta representar interesses estratégicos dos EUA
1988-1989		Integração. Aproximação com Venezuela e arestas com Chile	
1989-2001			
Desde 2002			

Fonte: Candeas (2007).

Portanto, segundo Candeas (2007), apesar de uma história de rivalidade, é inegável que a democracia desempenhou um papel significativo no desenvolvimento econômico e na consolidação das relações bilaterais. Pois, a partir de 1991, Argentina e Brasil estabeleceram-se como o motor de integração e aproximação regional mais ao sul dos trópicos, desempenhando um papel fundamental na promoção da cooperação e da unidade na região.

3.1. Vizinhos: Brasil e Argentina, uma síntese dos últimos 20 anos

O Brasil e a Argentina são duas nações vizinhas com vastos territórios e densas populações, bem como detentoras de ricas reservas naturais e de relações comerciais de grande importância na América do Sul. Embora essas relações sejam complexas, dada a sua longa tradição de comércio e cooperação econômica, com a criação do MERCOSUL na década de 1990, permitiu-se uma maior consolidação dos laços entre ambos, além de Paraguai e também o Uruguai, promovendo e incentivando o intercâmbio de bens e serviços (Granato, 2012).

Nesse ínterim, a dinâmica dos anos 2000 abre as portas para uma progressão da política externa do Brasil e Argentina, com o reforço da perspectiva sul-americanista durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), culminando na Primeira Cúpula Sul-Americana que ocorreu na capital brasileira, em setembro de 2000, a partir desse ponto, um elemento central do desenvolvimento da política externa foi levantado por meio da concepção da América do Sul como uma entidade geopolítica e geoeconômica única, separada da América Latina. Isso implicou diretamente na necessidade de formular uma agenda que levasse em consideração os interesses de doze países sul-americanos, abrangendo os domínios político, econômico e de integração regional (Malamud, 2011).

Assim, o autor Malamud (2011) enfatiza na perspectiva brasileira, essa mudança na América do Sul como também significativa no fortalecimento dos alicerces necessários para uma maior projeção na política internacional, em contraposição a Argentina que foi, portanto, cética em relação à sul-americanização até o governo da Cristina Kirchner (2007-2015), pois até então parecia ser apenas uma ferramenta destinada a aumentar o poder do Brasil, sendo insuficiente para alcançar os objetivos da Argentina nos níveis regional e internacional.

Apesar de ter passado um período relativamente curto de tempo, o compromisso do presidente da Argentina, Fernando de la Rúa (1999-2001), de manter uma taxa de câmbio fixa entre o dólar e o peso argentino, revelou-se insatisfatória para conter a crescente instabilidade econômica e política que assolava o país. Como resultado, uma pressão política e social crescente culminou, então, na renúncia do presidente em 20 de dezembro de 2001. Este ocorrido desencadeou duas semanas de intensa política e incerteza, até que Eduardo Duhalde (2002–2003) foi escolhido como o novo presidente com a responsabilidade de enfrentar a crise no país (Granato, 2012).

Embora a crise não trouxera uma mudança significativa da Argentina em relação ao Brasil, foi somente por meio da gestão governada por Duhalde que as tentativas de aproximação e relançamento do Mercosul ocorreram. Contudo, os problemas fiscais financeiros limitaram a capacidade do Brasil de fornecer apoio substantivo à Argentina. Ao mesmo tempo que refletiram na forma como o Ministro da Economia do Brasil, Antônio Palocci agia de forma cautelosa, dado os esforços do país para demonstrar responsabilidade econômica global. Além do que, a Argentina não apoiou a proposta brasileira de criar a Área de Livre Comércio Sul-Americana, como evidenciado na Reunião de Chefes de Estado da América do Sul, em setembro de 2000 (De Souza, Borba *et.al*, 2021). Diante disso, o Brasil rebateu não apoiando explicitamente o modelo de renegociação da dívida externa seguido

pelo governo argentino, o que acabou por enfraquecer o projeto brasileiro de liderar a América do Sul (Granato 2012).

Considerando os fatores anteriores, o ano de 2002 trouxe uma nova perspectiva para a relação bilateral, com um forte desejo de associação da Argentina com o Brasil, na qual consolidou-se com as eleições à presidência, tendo tomado posse os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Néstor Kirchner (2003-2007). Do ponto de vista interno, a relação existente entre os presidentes Kirchner e Lula parecia indicar uma maior convergência em todos os aspectos anteriores, uma vez que, ambos caminhavam em prol de objetivos sociais e de desenvolvimento, associado aos tópicos ligados a política externa e a integração regional, tanto é que até o Dia da Amizade Argentino-Brasileiro em 30 de novembro 2004 foi criado como forma de promover anualmente uma aliança estratégica (De Souza, Borba *et.al*, 2021). Assim, o progresso refletiu entre 2003 e 2004 na maioria dos assuntos da agenda interna, concretizado com os ambos os líderes do executivo assinando o Consenso de Buenos Aires em meio a visita de Estado do Presidente Luiz Inácio à Argentina, reafirmando o compromisso de assegurar os direitos e liberdades dos cidadãos, consolidar a democracia política, aprofundar as políticas públicas e dar prioridade à educação (Granato 2012).

Por outro lado, Cerro (2003, p.25) relata sete pontos válidos para que uma nova relação bilateral aconteça, tendo como bases; a) a convergência de suas políticas exteriores; b) a coordenação de políticas macroeconômicas; c) a eliminação de medidas unilaterais no comércio bilateral; d) o combate coordenado das desigualdades internas e entre as nações; e) a articulação das políticas cambiais e monetárias; f) a administração da solidariedade em momentos de crise; g) a criação de instituições comunitárias. Convergindo então a um maior estímulo e ampliação dos intercâmbios de bens de maior valor agregado, os fluxos de investimento produtivo, os estímulos a mecanismos de financiamento e os posicionamentos políticos comuns, transbordando os efeitos positivos para o Mercosul e a Unasul. (De Souza, Borba *et.al*, 2021).

Com o fim do mandato do presidente Nestor Kirchner em 2007, e a reeleição do presidente Lula, o novo governo Argentino elegeu a presidenta Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), sua contribuição para com a política externa argentina destacou-se por sua relação especial com o Brasil, beneficiada pelo alto grau de institucionalidade e com o desafio de uma densa e complexa agenda bilateral (Miranda, 2007; Cortés e Creus, 2010). Visando manter o compromisso de integração bilateral, pensado e executado nos governos de Kirchner e Lula, a então eleita presidenta Dilma Rousseff em 2011 promoveu um

encontro com a presidenta Cristina Fernández, que por meio de uma Declaração Conjunta de Imprensa reafirmaram a importância da aliança estratégica entre Brasil e Argentina, como eixo constitutivo, com o intuito do compromisso integrativo e o progresso (Granato, 2011).

Durante o governo de Dilma Rousseff, a América do Sul passou a não ser mais o lugar prioritário para exercer a política externa brasileira, pois os olhos passaram ao Sul Global, a diminuição desse exercício produziu reflexos, gerando uma tendência menos integracionista. Nesse panorama, os aspectos políticos e econômicos internos assumiram o título das pautas, ganhando muito mais relevância, de modo que ofuscou as possibilidades de cooperação e integração (Actis, 2015). Além disso, o Brasil ainda não se encontrava em crise, tentava recuperar o crescimento de anos passados e paralelamente, ocorria um imenso crescimento Chinês junto com o aumento de sua presença na região, se promovendo a um centro de atração interessante e robusto (Actis, 2015).

Paralelo a isso, as relações com a Argentina divergiram a ponto de perderem prioridade e, ao contrário dos governos anteriores de Dilma Rousseff, a primeira visita do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, à China, não à Argentina. Adicionalmente, o lado argentino enfrenta queda nos preços das matérias-primas e obstáculos para se inserir no mercado financeiro internacional, devido ao modelo de renegociação da dívida externa, o que impacta negativamente o balanço de pagamentos. Em resposta, o governo argentino impôs restrições à saída de dólares, aumentando o controle burocrático sobre atualmente e restringindo as remessas de lucros e dividendos (Actis, 2015).

Portanto, as quatro primeiras eleições presidenciais dos anos 2000 foram marcadas para o povo brasileiro por uma intensa disputa entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), iniciando o período petista no comando do país com as vitórias de Lula e Dilma nas eleições de 2002 a 2014. Em contrapartida, o período iniciado pela eleição de Néstor Kirchner, ao assumir o poder em 2003, e levado adiante pelos dois mandatos subsequentes de Cristina Kirchner, entre 2007 e 2015, representou, similarmente ao Brasil, a construção de um legado de política externa pautado na autonomia e nas relações regionais. O fato é que, como no caso brasileiro, tal legado concedeu à Argentina uma mudança de imagem e posicionamento internacional, colocando o país como uma potência emergente (Nery, 2018).

Depois desse período, nas eleições de 2015, elegeu-se Mauricio Macri à Presidência, encerrando os 13 anos de kirchnerismo. A busca por um diálogo contínuo foi proposta, com o objetivo de reforçar os laços bilaterais e a proximidade política entre Dilma e a sua antecessora foi exercida e firmada, além disso, os planos do governo Macri, tinham como

objetivo a retomada das propostas de liberalização comercial que, conseqüentemente dependia do apoio do Brasil Simões (2021). Ainda assim, nas relações comerciais, as exportações do Brasil para a Argentina, em 2015, foram de US\$12,8 bilhões, o mais desastroso resultado dos últimos 10 anos. Então, para encerrar as idas e vindas do desaquecimento nesse vínculo comercial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a União Industrial da Argentina (UIA) protocolaram em 2016 a criação do Conselho Empresarial Brasil Argentina (Comex, 2016).

Todavia, o período iniciado em 2016, sob a coligação PMDB-PSDB após o impedimento da continuidade do governo Dilma, prevista até 2018 instaurou um processo de desconstrução do legado petista no país, sobretudo nos eixos estratégicos de inserção internacional do país, os processos regionais e a determinação de parcerias (Nery, 2018). Segundo a autora, Simões (2021) o processo de desconstrução é feito por uma lógica de “desideologização” da política externa brasileira que foi levado pelo governo do vice Michel Temer que assumiu o mandato e ficou à frente dos últimos dois anos de gestão de tal forma que já em 2017, iniciou-se um período conturbado na Unasul, que se estendeu até 2018 marcado com a interrupção voluntária de seis membros da união, dos quais estavam Brasil e Argentina.

O cenário que concebeu a deposição do presidente e inaugurou um período de profunda polarização ideológica no Brasil, permitiu aferir dificuldades no que tange às decisões executivas no campo do PEB, tendo em vista o vínculo entre a política externa com as decisões de um governo que pautam suas escolhas por meio de coalizões partidárias. (Nery, 2018). Ainda no mesmo ano, foi firmado o Plano de Ação Brasil-Argentina, que estabelecia ações de facilitação do comércio, cooperação regulatória, negociações externas do Mercosul, regulamentação de políticas de investimentos e contratações públicas, fortalecimento do Mercosul comercial e econômico, promoção comercial conjunta, defesa comercial, integração de infraestrutura física, agricultura, combate ao narcotráfico, segurança nas fronteiras, cooperação em matéria nuclear, espacial e telecomunicações, cooperação jurídica, integração e cooperação consular, bem como cooperação em foros multilaterais (Simões, 2021).

Seguindo essa ideia, em meio a corrida presidencial de 2018, a dualidade entre PT e PSDB foi deixada de lado, ao promover o pleito eleitoral mais fragmentado dos últimos anos da história política brasileira. A polarização política exacerbou-se no período e temas de política externa foram pautas polêmicas durante o período eleitoral. De um lado, os partidos de esquerda defendiam ações regionais pautadas em dimensões para além da comercial,

além de uma política externa mais autônoma em relação à hegemonia estadunidense. Por outro lado, as forças de direita, por sua vez, enfocaram no aspecto comercial dos blocos regionais e no relacionamento com países desenvolvidos. Então, a chegada de Jair Bolsonaro à presidência deu início a uma época nunca antes vista na política brasileira, inclusive na política externa (Nery, 2018).

Períodos mais tarde, seguido o compartilhamento da agenda de liberalização comercial entre 2016 e 2019, enquanto o governo de Mauricio Macri coincidiu com os de Michel Temer e Jair Bolsonaro (2019-2022), otimizou a conclusão da estendida negociação do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia (De Souza, Borba et.al, 2023).

Portanto, nos últimos anos, o Portal da Indústria (2021) demonstra que os países passaram por um período de forte dano na economia e da comoditização dos objetivos de exportação. Para recuperar a situação, o setor industrial sugere que sejam produzidas e executadas metas macroeconômicas mais condizentes com o que de fato acontece, visando estabilizar economicamente a região. Dentre as dificuldades impostas aos dois países, estão as barreiras não tarifárias e a demora para internalizar compromissos, sendo estas questões relevantes para os períodos que se seguem.

3.2. Argentina e Brasil durante Macri e Bolsonaro (2019-2020)

A vitória eleitoral do presidente da Argentina, Mauricio Macri em 2015, segundo Simões (2021) trouxe para o cenário da política externa uma nova perspectiva, como também dentro do espectro da América Latina, pois em meio a um histórico de instabilidade econômica e política, como resultado da maioria, foi eleito, um governante descontínuo da lógica entre Partido Justicialista e União Cívica Radical, que por meio de seu discurso de desconstrução das políticas anteriores, se comprometeu em sua diferenciação com o movimento fundado pelo legado *kirchnerista*. Este posicionamento é visto e assemelha-se ao discurso de desconstrução no Brasil, pela campanha do candidato e posteriormente eleito presidente Jair Bolsonaro, em 2018. Ambos os presidentes compartilhavam de uma orientação política mais alinhada ao conservadorismo e à centro-direita, ao mesmo tempo em que, em pautas ligadas às abordagens políticas e econômicas, ambos simpatizavam com suas posições.

Durante o governo de Macri (2015-2019), o cenário econômico e integracionista com o Brasil, visava retirar o confronto do centro da cena, melhorando-o por princípios de união,

desenvolvimento e crescimento econômico. O governo em questão prevê a política externa como uma extensão essencial da política econômica e comercial. De forma que, no contexto do desenvolvimento nacional, estabelecia metas que incluíam o investimento como condição crucial para o desenvolvimento econômico e a melhoria de vida da população (Busso, 2020). Assim, a política externa foi concebida como um instrumento para atrair capital estrangeiro, com um papel ativo do governo na orientação de investimentos para áreas prioritárias, como geração de empregos, obras de infraestrutura e energia (Argentina, 2016; Corigliano, 2016).

Portanto, a concepção trazida pelo governo, seria primeiramente em colocar um fim no isolamento argentino, proporcionando uma reavaliação e realinhamento suas relações bilaterais, dessa vez, priorizando o Norte, em especial o seu vínculo com os Estados Unidos da América que passaria a se tornar um eixo central na estratégia de política externa argentina. Apesar de reconhecer que a reconstrução do relacionamento entre a Argentina e os Estados se deu em termos oficiais e de diálogo político, não ocorreu no âmbito econômico. Durante o governo macrista, as exportações argentinas não tiveram um aumento significativo e, em vez disso, o saldo negativo da balança comercial aumentou (D'alecio, 2019).

De forma que a gestão Macri delineou uma estratégia externa homologada a um mecanismo de fora para dentro, onde o mecanismo econômico inclui os investimentos externos, o capital internacional e a inserção competitiva nos mercados globais (Argentina, 2016). Por outro lado, tentava ao mesmo tempo, como retrata Simões (2021), “desideologizar” entre aspas tendo em vista a ideologia presente na própria tentativa de “desideologizar”, como uma forma de atrair capital e investimentos.

O início desse curto relacionamento entre Bolsonaro e Macri, foi marcado por um pequeno desconforto devido à quebra de tradições bilaterais, evidenciada pela escolha do Chile como primeiro destino de Bolsonaro em sua agenda oficial, em detrimento da Argentina, e pela ausência da Argentina na posse de Bolsonaro. Após o desconforto inicial, no entanto, os líderes das duas maiores economias sul-americanas reuniram-se e ressaltaram a importância estratégica do relacionamento bilateral entre os países (Actis, 2019). A convergência em questões comerciais e integracionistas, especialmente em relação à flexibilização do Mercosul, destacou a necessidade de alinhamento para avançar nessas pautas, de modo que essa sintonia gerava uma maior expectativa para que o estabelecido com a União Europeia fosse firmado (Simões, 2021).

De maneira que, a reativação e conclusão das negociações do firmado entre o Mercosul e a União Europeia, iniciadas em 1995 e retomadas em 2016 e 2019,

respectivamente, representaram um dos principais feitos da gestão do presidente Macri, que durante sua primeira visita oficial em Buenos Aires, afirmou, ao lado de Jair Bolsonaro “Precisamos integrar nossos mercados e garantir nossa inserção no desenvolvimento global” (Simões, 2021).

A alçada nas negociações foi promovida, em especial, pela vontade política da Argentina e do Brasil, marcado após o impeachment, mas também pelo trato amigável da Europa, considerando o nível de protecionismo nos Estados Unidos naquele período. O aumento progressivo no diálogo entre ambos os países promoveu um maior otimismo em relação à finalização do acordo e as vantagens que se projetavam. Ao concluir o acordo e celebrar os interesses firmados, a chancelaria argentina e o até então presidente Macri o definiram como um "acordo histórico" em 2019 (Macri, 2019).

O direcionamento político assumido pelas gestões de Macri e Bolsonaro pode ser analisada como uma mudança ideológica representativa tanto para a Argentina quanto para o Brasil. Ambos governos procuraram tornar mais robusta a relação bilateral em ascensão, ainda que com complexidades inerentes devido às políticas abrangentes e as metas econômicas e comerciais. Mesmo diante de vieses e diferenças, a projeção de uma parceria cada vez mais forte era evidente. Em meio ao pleito argentino em 2019, o presidente Jair Bolsonaro manifestou publicamente seu apoio à reeleição de Macri, reforçando aos argentinos sobre as possibilidades de retrocessos caso escolhessem a ex-presidenta Cristina Kirchner e seu candidato (Actis,2019).

Após a derrota de Macri, houve especulações sobre o papel de Bolsonaro nesse contexto, uma vez que a população argentina não parecia favorável a uma liderança associada a discursos tendenciosos à violência, tortura e ditadura. Nesse sentido, as declarações de Bolsonaro podem ter tido um efeito contrário ao pretendido. De maneira que, a transição para o governo de Alberto Fernández em dezembro de 2019 marcou uma mudança no cenário político argentino, impactando as dinâmicas das relações bilaterais. Essas relações, que vinham sendo facilitadas por convergências ideológicas desde 2003, viram-se influenciadas por essa mudança de liderança e pela evolução das perspectivas políticas na região (Simões, 2021).

3.3. Argentina e Brasil durante Alberto Fernandes e Bolsonaro (2019-2022)

As declarações feitas publicamente pelo presidente da República Brasileira, Jair Bolsonaro em apoio à reeleição de Macri, gerou especulações após o resultado da eleição na Argentina no final de 2019, em relação ao presidente eleito Alberto Fernández, uma vez que

pela primeira vez haveria visões antagônicas em relação à política e economia, em seus aspectos internos e externos. Com um histórico de mais de 35 anos de relação, houveram importantes decisões, divergências estruturais, visões e percepções diferentes em seus diversos aspectos, e nesse momento, com o retorno do peronismo ao poder levantou-se uma série de dúvidas quanto ao desenvolvimento da relação bilateral nos próximos três anos, dada a divergência ideológica e aproximação que o Bolsonaro estaria tendo com o ex presidente Macri (Carmo, 2020).

De modo que, segundo a resenha do Ministério das Relações Exteriores, observa-se que as primeiras negociações diretas entre os presidentes ocorreram no dia 30 de novembro de 2020. Desde que Alberto Fernández chegou ao poder, reinou um período de distanciamento e silêncio entre os chefes de estado, que por vezes era quebrado era interrompido por críticas mútuas, de maneira que essa situação é vista como sem precedentes na história democrática daquelas nações, que costumavam ter uma aliança estratégica. As relações bilaterais entre Brasil e Argentina são historicamente importantes na geopolítica, na geoeconomia e na dinâmica geral da América do Sul. A região testemunhou processos de integração e desintegração que, em grande parte, foram influenciados por Buenos Aires e Brasília. Desde o Tratado "ABC" de 1915 até o Mercado Comum do Sul (Mercosul), com suas ampliações e modificações mais recentes, essas relações têm sido um ponto focal na estruturação da América do Sul em termos políticos, econômicos e étnico-culturais (Jéifets; Konoválova, 2021).

Embora fosse notória a rusga entre os líderes da Argentina e do Brasil e que deveria em último momento ser um fator anexo ao cenário. As relações entre as duas nações, naquele período, são descritas por dois elementos principais. Por um lado, a divergência em relação às posições e programas de seus governos sobre política, economia e assuntos regionais e globais e por outro, a real presença de um alto grau de incerteza e possibilidade de conflito no ambiente internacional, cuja dinâmica prejudica as relações entre os dois Estados, que, afinal, são atores interdependentes (Jéifets;Konoválova, 2021).

Mesmo que ao longo de seu ciclo de cooperação estratégica, a Argentina e o Brasil nunca enfrentaram barreiras ideológicas intransponíveis. Ainda que nas décadas de 1990 e 2000, essa cooperação tenha inicialmente concebido como idealista neoliberal, e posteriormente passando por administrações de esquerda e, finalmente, experimentando uma virada à direita com conservadores liberais. O atual conflito ideológico entre um populista de extrema direita e um político de centro-esquerda não apenas complica a tarefa de estabelecer canais diplomáticos presidenciais, historicamente cruciais para os laços entre os

países, mas também evidencia um problema mais profundo: por trás de cada líder, existem forças com interesses diametralmente opostos (De Souza, Borba et.al, 2021).

Além disso, o marco da pandemia mundial pelo Covid-19 trouxe uma crise nos mais diversos aspectos socioeconômicos, inclusive na forma como foi administrada entre os chefes de Estados. Ao considerar que a Argentina implementou medidas rigorosas para conter a propagação do vírus desde o início da pandemia, além disso, o governo argentino enfatizou a importância da ciência e da orientação médica na tomada de decisões relacionadas à pandemia. Em contrapartida, no Brasil houveram discórdias entre governos estaduais e federais sobre a gravidade da situação e sobre as medidas de restrição específicas, de maneira que, o presidente Jair Bolsonaro inicialmente minimizou a gravidade da Covid-19, expressando ceticismo sobre a eficácia do distanciamento social e da promoção de tratamentos não comprovados cientificamente, retardando as medidas restritivas para conter a gravidade do vírus (Carmo, 2020). Ambos os países enfrentaram desafios econômicos e sociais devido à pandemia, e as abordagens adotadas geraram debates e controvérsias dentro de cada sociedade, inclusive estendeu-se ainda mais um espaço na forma como a cooperação e a relação entre os Estados aconteciam (De Souza, Borba et.al, 2021).

4. IDEOLOGIA COMO FATOR DE INFLUÊNCIA COMERCIAL

A convergência ideológica entre os Estados, traz consigo muitos resquícios na relação comercial, embora exista numa linha tênue entre a relação de interdependência e a cooperação entre a Argentina e o Brasil, podemos identificar esse fator dentro do aspecto comercial, em geral, essas relações permanecem interdependentes.

Em termos objetivos, embora a Argentina e o Brasil, sob os governos de Fernández e Bolsonaro, estivessem em fases diferentes do ciclo econômico, as dificuldades de endividamento público, bem como a diminuição das atividades de compras e os negócios na Argentina, era inevitável que acontecesse uma desaceleração econômica, após a recuperação da economia brasileira em sua última recessão. Contudo, a cooperação comercial entre ambos persistiu, já que o mercado de grande importância para a indústria brasileira continua a ser o mais fundamental aliado comercial da Argentina (De Souza, Borba et.al, 2021).

Ressalta-se que aproximadamente 70% das exportações do setor automotivo brasileiro têm como destino a Argentina, tornando-se um parceiro crucial. Além disso, os Estados Unidos representam o segundo maior destino de investimentos estrangeiros diretos no

Brasil, enquanto o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking de investimentos estrangeiros na Argentina, depois dos Estados Unidos, Espanha e França. Apesar do arcabouço estrutural do comércio exterior brasileiro ser historicamente dominado por mercados extra-regionais, essa tendência ainda foi mais consolidada nos últimos anos (Jéifets; Konoválova, 2021).

Tanto os dois Estados insistem na melhoria de suas políticas comerciais no âmbito do Mercosul, de maneira que ambos têm em perder posições nos mercados de parceiros fora da região se não houver concordância nas regras comuns. Como resultado, o governo de Jair Bolsonaro continuou com foco comercial com o Mercosul, apesar das especulações de preocupação midiática, assim como Alberto Fernández optou por não abandonar as negociações para acordos de livre comércio com a Coreia do Sul, Canadá, Líbano e Singapura (Jéifets; Konoválova, 2021).

4.1. Acordos comerciais e as implicações da balança comercial no volume de exportação importação

O vínculo comercial entre Brasil e Argentina diminuiu em meados da segunda década do século XXI. Isso se deve pela perda no ritmo comercial, fazendo com que ambos reduzissem a participação relativa nas vendas e compras entre eles, por outro lado, a Ásia está ganhando mais espaço nos mercados argentino e brasileiro. É exatamente nesse sentido que as informações fornecidas pela ficha técnica de Integração Econômica Bilateral Argentina-Brasil (2021) indicam uma tendência de queda na corrente de comércio entre o Brasil e a Argentina ao longo dos últimos anos. Entre 2010 e 2020, a corrente de comércio caiu cerca de 50%, saindo de US\$32,94 bilhões em 2010 para US\$16,38 bilhões em 2020. O ano de 2011 marcou o ápice histórico anual, atingindo US\$39,6 bilhões no fluxo comercial entre os dois países. Ainda nesse ano, o Brasil registrou um superávit comercial com a Argentina de aproximadamente US\$5,8 bilhões. No entanto, em 2020, a corrente de comércio recuou para US\$16,4 bilhões. Ao longo das duas décadas comprovadas, o acumulado do superávit comercial brasileiro com a Argentina totalizou 47,9 bilhões. Esses dados refletem uma dinâmica econômica e variável comercial entre os dois países durante esse período específico.

Nesse panorama, a evolução da participação relativa do Brasil e da Argentina no comércio exterior um do outro revela uma tendência de declínio na interdependência comercial ao longo das duas últimas décadas. Durante esse período, observa-se tanto a redução da participação da Argentina no comércio exterior brasileiro quanto a diminuição da participação brasileira no comércio internacional argentino. Esse declínio na

interdependência comercial regional pode ser atribuído, principalmente, à ascensão das economias da Ásia-Pacífico na região. Além disso, fatores como a desintegração econômica e a fragmentação política dos países sul-americanos também se desenvolveram para esse movimento de aumento da interdependência. Sendo assim, as dinâmicas econômicas globais, combinadas com mudanças políticas e comerciais na região sul-americana, influenciaram significativamente a relação comercial entre Brasil e Argentina ao longo do período considerado (De Souza, Borba et.al, 2021).

Agrega-se a isso, a reavaliação da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, a qual foi pauta em 2019 do governo brasileiro, propondo uma redução linear de 20% nas tarifas aplicadas pelo bloco, com uma redução de 10% no final de 2021 e os 10% restantes em 2022. Embora, tenha havido uma certa resistência por parte do governo argentino, que entrou em comum acordo, juntamente com Paraguai e Uruguai, para buscar a aprovação de uma Decisão do Conselho do Mercado Comum (De Souza, Borba et.al, 2021).

Portanto, o cenário é caracterizado pela estagnação econômica, com um fraco desempenho no setor industrial, que continua representando mais de 80% do comércio bilateral entre Argentina e Brasil. Além disso, a baixa intensidade na diplomacia presidencial. Adicionalmente, destaca-se o declínio da estrutura de apoio à internacionalização de empresas, anteriormente respaldado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Desde 2016, não houve novos investimentos no Focem, e em 2019, o Brasil se aposentou unilateralmente do CCR da ALADI. Sendo assim, a atuação dos Estados e dos instrumentos de cooperação bilateral e regional nas últimas duas décadas foi fortemente pró-cíclica, intensificando as relações bilaterais durante períodos de bonança regional e diminuindo a interdependência entre os dois países no atual momento de fragmentação política e desintegração econômica na América do Sul (De Souza, Borba et.al, 2021).

A suplantação das dificuldades em torno da Tarifa Externa Comum demarca aspecto determinante das relações bilaterais: a promoção de consensos não é automatizada e precisa de uma cooperação significativa. Portanto, é imperativo que ambas as partes adotem uma postura de resiliência estratégica diante de cada mudança no sistema internacional ou nas condições políticas e econômicas internas. Argentina e Brasil devem firmar como objetivo recuperar e adaptar a aliança às novas situações, registrando a necessidade de adequações e a constante cooperação (De Souza, Borba et.al, 2021).

4.2. Reflexos na flutuação das relações comerciais

Ao analisar os reflexos nas flutuações das relações comerciais a teoria da interdependência complexa de Keohane e Nye (1996) confirma a relação de co dependência entre os países, direta ou indiretamente. Segundo o relatório: *El comercio exterior da Argentina* (2021) ao longo dos tempos, o Brasil destacou-se na parceria comercial com a Argentina, tanto quanto com Mercosul, com a sua proximidade geográfica e, também, à integração produtiva no setor automotivo. A relação argentina-brasileira na última década teve um impacto no total das trocas comerciais, porém com uma diminuição em cerca de 25-26% na década de 2000, foi reduzido para 17% em 2020. Tais resultados são gerados a partir de uma variação socioeconômica, uma vez que, ambos os países estavam economicamente estagnados na última década, que teve um impacto negativo no comércio industrial.

(...) as relações comerciais entre Argentina e Brasil se concentraram no setor industrial, protegido por atores secundários como TC, de forma que as duas economias acabam sendo orientadas primordialmente para seus mercados internos e seu principal destino externo é justamente o país vizinho. Sendo assim, as grandes transformações econômicas, tanto da economia mundial como da estrutura produtiva da Argentina e do Brasil, impõem que a reativação do comércio bilateral passe por um maior aproveitamento das potencialidades regionais, em atividades e setores nos quais os países possuem vantagens, e pela edificação de um mercado sul-americano de energia (De Souza, Borba et.al, p.85, 2021).

Ademais, o Relatório de gestão do Exercício (2021), informou que em 2021, o comércio bilateral com a Argentina passou a se recuperar com crescimento de 45% do intercâmbio comercial, 40% das exportações e 51,3% das importações. No período, foi registrado ligeiro déficit comercial brasileiro de US\$70 milhões. Ainda que o Brasil tenha perdido, para a China, no ano passado, o posto de maior exportador à Argentina, continuou ocupando a posição de maior importador e principal sócio comercial do país vizinho. A Argentina ocupou a posição de terceiro maior aliado comercial do Brasil em 2021, estabelecendo uma dinâmica comercial bilateral robusta com impactos importantes em setores estratégicos de ambas as economias, especialmente na indústria. Durante o ano, realizamos duas visitas de Chanceleres argentinos ao Brasil, destacando a relevância das relações entre os dois países.

Sendo assim, os encontros se seguiram como parte das comemorações dos 30 anos da Agência Brasileiro-Argentina para Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), e no dia 8 de outubro em Brasília, os chanceleres revisaram uma ampla agenda

bilateral., de modo, a abordarem temas como o processo de reabertura de fronteiras na região, diálogo sobre integração física, cooperação em defesa, energia nuclear, energia elétrica e gás natural, além da continuidade das discussões sobre a crise hídrica. Outros tópicos incluíram o projeto hidrelétrico binacional de Garabi e a recuperação econômica pós-pandemia de Covid-19 em diversas áreas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, torna-se notável que ao longo das últimas décadas, Argentina e Brasil têm majoritariamente se inserido no contexto das características delineadas pela teoria da interdependência complexa, conforme definido por Keohane e Nye (1989). Essas características abrangem a presença de canais múltiplos que interligam as sociedades, agendas interessantes diversas e desprovidas de uma hierarquia clara, além da não utilização de forças militares em áreas específicas pela interdependência complexa.

É perceptível que as relações comerciais entre Argentina e Brasil não saem ilesas dos impactos gerados pelas divergências ideológicas entre seus governos. Todavia, é a primeira vez em anos, que essa intransigência ideológica reflete de maneira tão significativa e relevante na comunicação entre os líderes Alberto Fernández e Jair Bolsonaro. Desde o início da disputa eleitoral entre Alberto Fernández e Mauricio Macri, o presidente brasileiro expressou apoio à reeleição de Macri e, inclusive, fez ponderações quanto às discordâncias existentes em relação à abordagem administrativa proposta por Alberto durante alguns pronunciamentos (Carmo, 2020).

A relação bilateral entre Argentina e Brasil existe desde 1826, os informes dos governos de ambos os países demonstram uma queda no comércio ao longo da década de 10 dos anos 2000. Este declínio pode ser atribuído em parte, à ascensão de novos protagonistas, especialmente da Ásia, que ganhou destaque e conquistou espaços importantes nos mercados argentino e brasileiro e por outro lado, às dicotomias ideológicas predominantes em cada governo. Como resultado, surgem novas oportunidades e desafios no cenário de negociações comerciais.

Contudo, é crucial ressaltar que, apesar da desaceleração, o vínculo comercial entre Argentina e Brasil permanece sólido, uma vez que a interdependência estabelecida ao longo dos anos não se rompe facilmente. A entrada de novos atores globais, como a Ásia, amplia o campo de negociações para compras e vendas, proporcionando um ambiente sonoro no qual ambos os países precisam se posicionar estrategicamente.

Dessa forma, o distanciamento entre os governos de Alberto Fernández e Jair Bolsonaro exerce uma influência direta nas relações comerciais. Embora o laço comercial persista, acentua-se a percepção de um enfraquecimento nas expectativas de cooperações mais robustas, acordos significativos, parcerias e relações mais importantes. O fator ideológico emerge como um elemento que desafia a profundidade e a amplitude das relações comerciais bilaterais, adicionando complexidade ao cenário já interagindo entre si. Tanto que, segundo Ministério das Relações Exteriores (2020), observa-se que as primeiras negociações diretas entre os presidentes ocorreram no dia 30 de novembro de 2020.

Por fim, é imperativo destacar que o período compreendido entre 2019 e 2022 foi marcado por uma pandemia global decorrente da COVID-19, que impactou diretamente os aspectos sociais e econômicos em todo o mundo. Nesse contexto, a prioridade administrativa de ambos os governos se volta primordialmente para as pautas relacionadas à saúde pública. A necessidade de enfrentar e mitigar os efeitos da pandemia trouxe consigo uma reorientação significativa das agendas governamentais, refletindo a urgência e a complexidade das demandas relacionadas à crise sanitária global.

REFERÊNCIAS

ACTIS, E. **El magnetismo del gigante asiático: la relación bilateral entre Argentina y Brasil (2013-2015) ante el ascenso de China**. Comentario Internacional: Revista del Centro Andino de Estudios Internacionales, n. 15, 2015b, p. 121-137.

ARAÚJO JUNIOR, M. de S. (2021). **Esquerda e direita no Brasil: fatores explicativos do posicionamento ideológico do eleitorado** [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/23414>

ACTIS, E. **¿El final de una alianza estratégica? Brasil y Argentina ante la colisión ideológica**. *Nueva Sociedad*, nov. 2019.

BARBOSA, L. P. **Legado e rupturas da Revolução Soviética desde as lutas sociais na América Latina**. *Tensões Mundiais*, v. 13, n. 24, p. 107–138, 2018.

BATISTA, P. N., Jr. **Brasil, Argentina e América do Sul**. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, p. 65–74, 2005.

BETHELL, L. **O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica**. *Estudos históricos (Rio de Janeiro, Brazil)*, v. 22, n. 44, p. 289–321, 2009.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Reunião de Estudos: Brasil-Argentina: uma relação estratégica.** Brasília: **Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais**, 2006.

BUSSO, A. **Política exterior y de defensa en Argentina. De los gobiernos kirchneristas a Mauricio Macri (2003-2019).** URVIO, Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad, n.27, p. 74-93, 2020.

CANDEAS, A. **A integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”.** FUNAG: Brasília. 2ª edição, 2017.

CARTA, L. **Reflexiones sobre su significado ocho siglos después | Ricardo Bara** Revista de Economía y Estadística, vol. LIII, n1.p. 167-183, 2015.

CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.

DE DESARROLLO PRODUCTIVO ARGENTINA, M. **El comercio exterior de Argentina: una radiografía de las exportaciones de bienes en el siglo XXI**, 1ª edición, 2021.

EXTERIORES, M. DAS R. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, 1ª edição, 2020.

FREIRE, A. **Esquerda e direita na política europeia Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada.** Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

FRANK, Robert. **Mentalités, opinion, représentations, imaginaires et relations internationales.** In: Robert Frank (org.). Pour l’histoire des relations internationales. 1ª edição. Paris: Presses Universitaires de France, 2012. pp. 345-370.

GAVIÃO, L. **Raízes da América Latina: origens e fundamentos de uma identidade.** Revista de história, n. 180, p. 1–36, 2021.

GONZÁLEZ, Luís Armando. **Las ideologías políticas en América Latina en el siglo XX.** 1997. vol. 52.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

HEYWOOD, Andrew; DE OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro. **Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo.** Editora Ática, 2010.

HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

JAGUARIBE, Hélio. **Aliança argentino-brasileira. Diplomacia, Estratégia e Política.** Brasília, 02, 2005.

KEOHANE, R. O. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy.** Princeton, Princeton University Press, 1984.

LÁZAR S. JÉIFETS, K. A. K. **La lógica histórica de las relaciones argentino-brasileñas: acerca de la confrontación entre Jair Bolsonaro y Alberto Fernández.** A “América Latina en el nuevo orden mundial: perspectivas y desafíos”., v. 19-014–00042, 25 mar. 2021.

MALAMUD, A. **A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy.** Latin American Politics and Society, vol. 53, n.3, p. 1-24, 2011.

MARTINIÈRE, Guy. Michel Chevalier et la latinité de l'**latinité de 'Amérique.** Recista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil,v.3,n.1, 2014.pp 1-10

MELLO, L. I. A. **Brasil e Argentina em perspectiva.** Revista de história, v. 0, n. 147, p. 211, 2002.

NERY, Tiago. **A política externa brasileira, as coalizões de poder e a UNASUL: ascensão e desconstrução da América do Sul como bloco geopolítico.** Mural Internacional, V. 8, N. 2, p. 250 -256, 2017. <https://doi.org/10>

PATRÍCIO, R. **As relações em eixo: novo paradigma da teoria das relações internacionais?** Revista brasileira de política internacional, v. 49, n. 2, p. 5–23, 2006.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **30 anos de Mercosul: bloco trouxe benefícios econômicos, mas precisa avançar mais. 2021.** Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/em-30-anos-mercosul-trouxem-uitos-beneficios-economicos-mas-precisa-avancar-mais-defende-a-cni/>.

RIVAS, Pierre. **Diálogos interculturais.** 1a edição. São Paulo: Hucitec. 2005, pag 302.:

SIMÕES, R. M. **O Relacionamento Brasil-Argentina à luz da convergência ideológica partidária e suas consequências para o regionalismo: a Unasul (2003- 2019).** [s.l: s.n.].

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994.** São Paulo: EDUSP, 2000.

SOWELL, Thomas. **Conflito de Visões: Origens das Lutas Ideológicas.** São Paulo: É realizações, 2012.

AGRADECIMENTOS

“Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar” (Josué 1, 9). É com este versículo que escrevo sobre o fim deste capítulo vivido ao longo desses quatro anos durante a graduação no curso de Relações Internacionais. Este trabalho de conclusão de curso não só finaliza uma etapa, como também resgata todos os momentos vividos nessa caminhada, que não foram nada fáceis. Por isso, gostaria de abrir este espaço para agradecer primeiramente a Deus e logo à minha mãe Izabela e às minhas irmãs Raquel e Isabel por sempre me apoiarem. Sem vocês eu nada seria! Agradeço também ao meu esposo Paulinho, que me acompanhou arduamente durante toda a minha trajetória, enfrentando a distância e me dando forças para continuar (te amo) e por nos proporcionar o nosso pequeno Piquerez. Dedico e deixo meu abraço de agradecimento a todos que sonharam comigo para que eu me formasse: aos meus tios e tias, Cezarina, Michel, Lidiane e Lúcia; aos meus sogros Marta e Aderi; ao meu querido cunhado Vitor; à minha amiga Laiza; e às famílias Melo, Nunes, Chaves e Mesquita, que me proporcionam uma rede de apoio ao longo desses anos, sempre cuidando e torcendo por mim. Com o coração apertadinho com a dor da perda, compartilho essa conquista com os meus avós Ramiro e Madalena, que tanto sonharam comigo. Gostaria que soubessem que a sua primeira netinha se formou em uma faculdade pública, sendo a primeira da família. É tudo por vocês! E claro, o meu padraсто Eider, que tenho certeza que estaria esperando ansiosamente por este momento em família. Não poderia deixar de falar também sobre uma família que construí ao longo desses anos em João Pessoa, compartilhando tantos e tantos momentos: sorrisos, choros, surtos, risadas, abraços, tristezas, superações, sempre entrelaçados com um amor de irmandade. Obrigado por tudo que vivemos juntos durante esses anos (Vivian, Igor, Abdenego, Gabriel, Ana Paula, Fernanda, Rúbia, Thailane, Nicole e Raira). Obrigado novamente, Vivian, por ter durante os últimos anos de curso, aberto as portas da sua casinha para dividir comigo essa experiência. A minha eterna gratidão à minha grande comadre Vanessa, ao meu aconchego Igor e Abdenego, e minha chuchu Raira. E não poderia deixar de agradecer ao meu orientador Filipe, que desde o segundo período foi uma fonte de inspiração, além de que durante esse processo foi paciente em relação aos momentos de imprevistos que surgiram nessa reta final. Você foi pilar para que pudesse chegar até aqui. Por fim, agradeço a toda comunidade acadêmica do campus V por ter tornado essa experiência incrível. Serão pra sempre lembrados.